

## **Práticas de mulheres indígenas mediante seu processo gestacional, pré-natal, parto e puerpério**

Practices of indigenous women through their gestational, prenatal, childbirth and postpartum process

Prácticas de las mujeres indígenas a través de su proceso gestacional, prenatal, parto y pós-parto

Recebido: 27/06/2022 | Revisado: 24/07/2022 | Aceito: 01/08/2022 | Publicado: 10/08/2022

### **Leydyane Silva Kaminski**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5153-4270>

Faculdade Guaraf, Brasil

E-mail: [leydyanekaminski4@gmail.com](mailto:leydyanekaminski4@gmail.com)

### **Jéssica Pereira Silva**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2595-7063>

Faculdade Guaraf, Brasil

E-mail: [jessyeli1511@gmail.com](mailto:jessyeli1511@gmail.com)

### **Adriana Keila Dias**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1291-5593>

Faculdade Guaraf, Brasil

E-mail: [adrianakeiladias@hotmail.com](mailto:adrianakeiladias@hotmail.com)

### **Glaucya Wanderley Santos Markus**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8916-1086>

Faculdade Guaraf, Brasil

E-mail: [glaucyamarkus@outlook.com](mailto:glaucyamarkus@outlook.com)

### **Reobbe Aguiar Pereira**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2578-2611>

Universidade Brasil, Brasil

E-mail: [enfreobbe@gmail.com](mailto:enfreobbe@gmail.com)

### **Resumo**

O Brasil é um país repleto de diversidade e lar de diferentes tribos indígenas com tradições culturais e étnicas distintas do restante da sociedade, para a mulher indígena a gravidez é tida como um sonho, que transcende o mundo sobrenatural. Nesse contexto o presente trabalho tem objetivo de descrever as práticas e a cultura de mulheres indígenas mediante seu processo gestacional, pré-natal, parto e puerpério. Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica narrativa, de caráter quantiquantitativo, que utilizou dados disponíveis no Sistema de Informação de Nascidos Vivos – SINASC e artigos publicados nas bases de dados Google Acadêmico e SciELO. Observa-se que a população indígena se encontra em vulnerabilidade, onde apresenta alta taxa de fecundidade e razão de mortalidade materna, em relação ao pré-natal a maioria das mulheres indígenas realizaram de 7 a mais consultas, é importante destacar que no país as condições de saúde e influências culturais e socioeconômicas influenciam na escolha acerca do tipo de parto, e entre as mulheres indígenas no período de 2018 a 2020 o parto vaginal foi o mais recorrente, e a maioria dos partos se deu em ambiente hospitalar. Assim faz-se necessário um olhar diferenciado dos profissionais de saúde em relação as mulheres indígenas, afim de que mesmo no ambiente hospitalar seja respeitado os seus aspectos étnicos e culturais.

**Palavras-chave:** Cultura indígena; Pré-natal; Parto.

### **Abstract**

Brazil is a country full of diversity and home to different indigenous tribes with cultural and ethnic traditions distinct from the rest of society, for the indigenous woman, pregnancy is seen as a dream, which transcends the supernatural world. In this context, the present work aims to describe the practices and culture of indigenous women through their gestational, prenatal, childbirth and puerperium processes. This is a quanti-qualitative narrative literature review study, which used data available in the Live Births Information System - SINASC and articles published in Google Scholar and SciELO databases. It is observed that the indigenous population is in vulnerability, where it has a high fertility rate and maternal mortality ratio, in relation to prenatal care most indigenous women had 7 more consultations, it is important to note that in the country, health conditions and cultural and socioeconomic influences influence the choice of type of delivery, and among indigenous women in the period from 2018 to 2020, vaginal delivery was the most recurrent, and most deliveries took place. in a hospital environment. Thus, it is necessary to

have a different view of health professionals in relation to indigenous women, so that their ethnic and cultural aspects are respected even in the hospital environment.

**Keywords:** Indigenous culture; Prenatal; Childbirth.

### Resumen

Brasil es un país lleno de diversidad y hogar de diferentes tribus indígenas con tradiciones culturales y étnicas distintas al resto de la sociedad, para la mujer indígena, el embarazo es visto como un sueño, que trasciende el mundo sobrenatural. En este contexto, el presente trabajo tiene como objetivo describir las prácticas y la cultura de las mujeres indígenas a través de sus procesos de gestación, prenatal, parto y puerperio. Se trata de un estudio cuantitativo-cualitativo de revisión bibliográfica narrativa, que utilizó datos disponibles en el Sistema de Información de Nacidos Vivos - SINASC y artículos publicados en las bases de datos Google Scholar y SciELO. Se observa que la población indígena se encuentra en vulnerabilidad, donde presenta una alta tasa de fecundidad y razón de mortalidad materna, en relación al control prenatal la mayoría de las mujeres indígenas tuvieron 7 consultas más, es importante señalar que en el país, las condiciones de salud y las influencias culturales y socioeconómicas influyen en la elección del tipo de parto, y entre las mujeres indígenas en el período 2018 a 2020, el parto vaginal fue el más recurrente y la mayoría de los partos se realizaron en un ambiente hospitalario. Por lo tanto, es necesario tener una visión diferente de los profesionales de la salud en relación con las mujeres indígenas, para que sus aspectos étnicos y culturales sean respetados incluso en el ámbito hospitalario.

**Palabras clave:** Cultura indígena; Prenatal; Parto.

## 1. Introdução

A Organização das Nações Unidas (ONU) entende os índios como povos e comunidades que possuem uma ligação histórica com as sociedades antepassadas que viveram no território brasileiro antes da chegada dos portugueses. Esses povos entendem-se como grupos distintos da sociedade nacional, possuindo suas próprias formas de organização (Brasil, 2006).

Segundo o Censo Demográfico de 2010 os três maiores povos indígenas originários do Brasil são o Tikuna, do Amazonas, com 46.045 pessoas; o povo Guarani Kaiowá, do Mato Grosso do Sul, com 43.401 pessoas; os Kaingang, presentes nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que somam 37.470 pessoas. Além disso, com população variando entre 29 mil e 9 mil pessoas, estão os Makuxi, Terena, Tenetehara, Yanomami, Potiguara, Pataxó, Saterémawé, Mundurukú, Múra, Xucuru, Baré, Pankararú, Kokama, Wapixana, Kayapó, Xacriabá (IBGE, 2011).

Segundo Neto e Silva, (2014), em decorrência desse crescimento populacional da comunidade indígena segundo a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), foi criada em agosto de 2010, tendo a proteção, a promoção e a recuperação da saúde dos povos indígenas em sua responsabilidade, em consonância com as políticas públicas e programas estabelecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Em conjunto com a regulamentação do funcionamento do SUS em Redes de Atenção à Saúde (RAS), o Ministério da Saúde (MS) lança a estratégia Rede Cegonha (RC), por meio da Portaria nº 1.459/2011, com os objetivos de: a) transformar o modelo de atenção ao parto e nascimento no Brasil, fortalecendo os princípios da humanização e das boas práticas, b) (re)organizar as redes de atenção ao parto e nascimento nas regiões de saúde do país, e c) reduzir a mortalidade materna e neonatal (Brasil, 2011).

De acordo com Honaiser, et al., (2010), a saúde indígena apresenta-se intimamente relacionada com as modificações causadas no estilo de vida dessas populações. O processo histórico de mudanças sociais, econômicas e ambientais juntamente com a expansão de frentes demográficas e econômicas nas diversas regiões do país ao longo do tempo, tem influenciado os determinantes e os perfis da saúde indígena.

Para a grande maioria dos povos, os estados de saúde e de adoecimento, como também o parto e o nascimento, estão atrelados à qualidade de relações com o outro, ou seja, das relações com as pessoas, com os grupos sociais e com a natureza (Coimbra Júnior & Garnelo, 2004).

Na cultura indígena a gravidez é tida como um sonho, que transcende o mundo sobrenatural para o humano, sendo

reflexo da ação dos deuses sobre a mulher. No entanto, eles tem consciência de que o feto é constituído pelo sêmen do pai, o útero da mulher é apenas o que recebe a criança, portanto, pai é o homem que inseminar a mulher mais vezes (Igansi & Zatti, 2018).

A pesquisa justifica-se pela necessidade de conhecer o processo reprodutivo da mulher indígenas, identificar aspectos de sua cultura que se relacionam diretamente com a gestação, parto e pós parto e como estes fatores implicam em sua saúde.

As mulheres indígenas idosas acreditam que é melhor parir acorada em casa, no entanto, as mais novas, demonstram insegurança de ter os filhos fora do hospital, no entanto, foram identificadas insatisfações na assistência durante o parto. Assim é necessária a adequação das práticas de forma a preservar a cultura da etnia sem a exposição de mulheres e recém-nascidos ao risco de complicações ou mortalidade (Coimbra Júnior & Garnelo, 2004).

Diante do exposto levanta-se o seguinte questionamento: Quais as práticas tradicionais e culturais indígenas durante a gestação, parto e puerpério que interagem diretamente em sua saúde?

Com isso, o trabalho tem o objetivo de descrever as práticas e a cultura de mulheres indígenas mediante seu processo gestacional, pré-natal, parto e puerpério.

## 2. Metodologia

Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica narrativa, de caráter quantiquantitativo, afim de tratar do processo reprodutivo da mulher indígena, englobando desde a gestação, pré-natal, parto e puerpério.

Bibliografias narrativas analisam a literatura de uma forma crítica e pessoal, proporcionando maior liberdade ao autor, sendo fundamental este tipo de estudo para uma educação permanente uma vez que permite a atualização de conhecimento acerca de uma determinada temática (Rother, 2007).

Mussi, et al., (2019), aponta que a pesquisa trata-se de uma atividade concreta para o desenvolvimento científico, nesse contexto a pesquisa quantitativa permite a determinação de indicadores e tendências presentes na realidade, a partir de uma abordagem no interesse coletivo, em contrapartida a pesquisa qualitativa nos permite demonstrar situações que os números muitas vezes não conseguem. Assim o estudo quantiquantitativo permite que os dados numéricos sejam complementados por meio da subjetividade da análise de dados bibliográficos.

Para a realização do estudo foram utilizados dados secundários de domínio público, vinculados ao Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) e disponíveis no Sistema de Informação de Nascidos Vivos – SINASC. Para coleta dos dados foram consideradas variáveis operacionais: ano de notificação, cor/raça, pré-natal, tipo e local de parto, além desses dados foram utilizadas publicações acerca da temática nas bases de dados: Google Acadêmico, e SciELO, que foram publicados entre os anos de 2018 a 2022 que abordavam a temática de acordo com os objetivos do presente trabalho, sendo selecionados 10 trabalhos para compor a discussão do presente artigo apresentado por meio da tabela abaixo.

**Tabela 1:** Trabalhos selecionados para compor a discussão.

Autor	Título	Ano de publicação	Objetivo
Carvalho, Jéssica Tamires Santos	Assistência à saúde de mulheres indígenas no Brasil: uma revisão integrativa da literatura	2018	Identificar os principais temas abordados acerca da saúde da mulher indígena brasileira; Avaliar a assistência à saúde da mulher indígena brasileira a partir da implementação da política nacional de atenção à saúde indígena.
Garnelo, Luiza, et al.	Avaliação da atenção pré-natal ofertada às mulheres indígenas no Brasil: achados do Primeiro Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas	2019	Analisa os dados coletados no âmbito do Inquérito Nacional no Brasil com vistas a avaliar, por meio de indicadores selecionados, a atenção pré-natal oferecida às mulheres indígenas no país.

Justo, Carla Boa Nova	Parto indígena: uma análise de discursos	2018	Comparar dois modos de compreender o fenômeno do parto no contexto indígena: a visão indígena e a visão antropológica.
Lima, Salete Janes Silva de; Santana, Ivanirdete Teles dos Santos & Ferreira, Rúbia Silene Alegre	Parto Indígena nas microrregiões do Amazonas: Uma abordagem em Série Histórica	2020	Tecer uma abordagem a respeito do parto indígena nas microrregiões do Amazonas, por meio de série histórica.
Pinheiro, Pedro Oliveira; et al.	Protagonismo da mulher indígena e cuidados no momento do parto: revisão integrativa	2019	Identificar, na literatura nacional, o protagonismo e cuidados da mulher indígena no parto.
Ponte, Vanderlúcia da Silva	Saúde, doença e predação na cosmopolítica da gestação, do parto e do pós-parto entre as mulheres Tenetehar-Tembé da Terra Indígena do Alto Rio Guamá-Para, Brasil	2021	Analisa a relação entre o fenômeno saúde e doença e a predação das Karuwaras na cosmopolítica da gestação, parto e pós-parto das mulheres Tenetehar Tembé da Terra Indígena do Alto Rio Guamá-Pará, Brasil.
Silva, Lucileila da	Saberes e práticas tradicionais da mulher indígena da etnia Macuxi sobre gestação: um relato de experiência	2019	Resgatar e sistematizar os saberes e práticas tradicionais e culturais das mulheres indígenas Macuxi em relação à gestação, parto e puerpério, transmitidos de geração em geração e agregar os conhecimentos adquiridos na formação acadêmica, com intuito de subsidiar o diálogo e a construção intercultural da atenção diferenciada.
Silva, Leonildo Severino & Nascimento, Enilda Rosendo	Resguardo de mulheres da etnia Kambiwá: cuidados culturais	2019	Descrever os cuidados culturais no pós-parto de mulheres da etnia Kambiwá.
Tassinari, Antonella	A “mãe do corpo”: conhecimentos das mulheres Karipuna e Galibi-Marworno sobre gestação, parto e puerpério	2021	Analisa um conjunto de conhecimentos, técnicas e cuidados relativos à gestação, parto e puerpério, utilizados por uma rede de mulheres Karipuna e Galibi-Marworno do vale do rio Uaçá, Oiapoque (AP), experientes em “puxar barriga” (halevã).
Veloso, Bigaira	Conhecimentos tradicionais do cuidado na gestação e no parto das mulheres Kaingangs na terra indígena de Nonoai-RS	2021	Compreender as possibilidades de inserção dos conhecimentos tradicionais sobre os cuidados na gestação e no parto na educação escolar indígena.

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Por se tratar de dados de domínio público não houve a necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, de acordo com que é preconizado na Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2012).

### 3. Resultados e Discussão

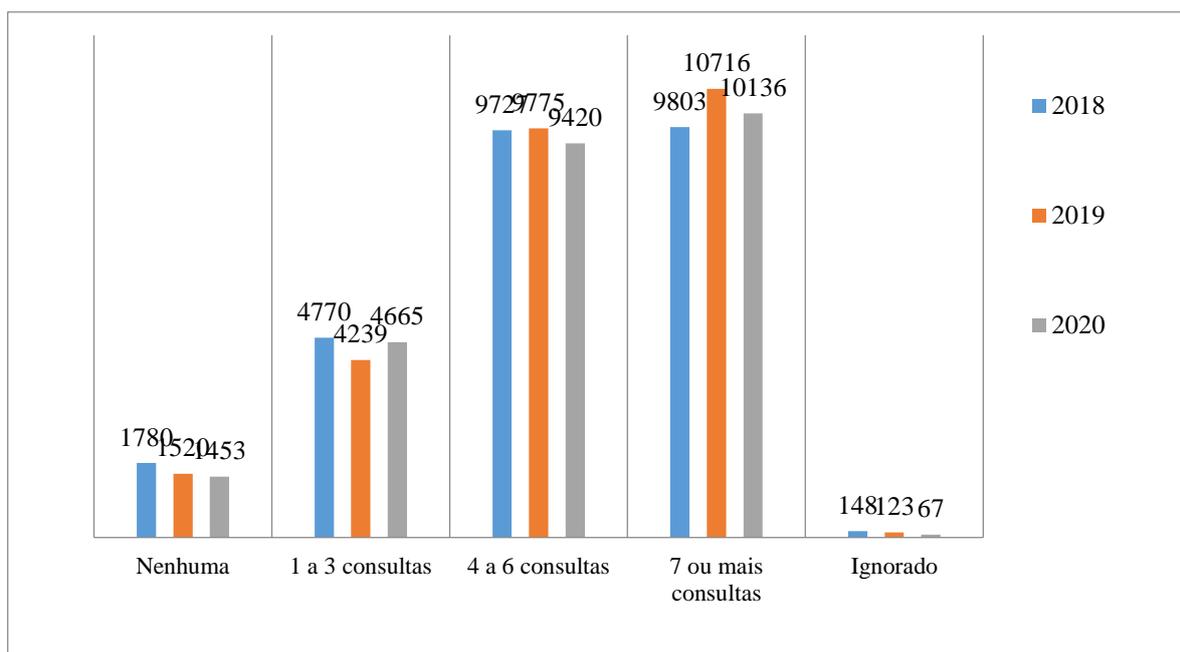
#### 3.1 Gestação, pré-natal e dificuldades na assistência da mulher indígena

A Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena, sem dúvidas é um importante instrumento para entender a saúde e suas dimensões, junto as variações culturais e territoriais das aldeias indígenas, e aliado ao Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), promove uma melhor assistência à saúde das mulheres indígenas. Entretanto, mesmo com todos os avanços, ainda restam muitas lacunas, que precisam ser preenchidas para que haja uma melhor e mais completa assistência à saúde das mulheres indígenas brasileiras (Carvalho, 2018).

Em meio a isso, o pré-natal consiste em uma ferramenta de extrema importância para reduzir os índices de morbimortalidade tanto materna, quanto infantil, sendo assim, ele está presente nas políticas públicas em saúde direcionadas para o acompanhamento e parto humanizado da gestante (Garnelo, et al., 2019).

Nesse sentido o Gráfico 1 apresentado a seguir demonstra o quantitativo de consultas de pré-natal realizadas em mulheres indígenas de acordo com os número de nascidos vivos nos anos de 2018 a 2020.

**Gráfico 1:** Consultas pré-natal de mulheres indígenas.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022. Dados do Sistema de Informações de Nascidos Vivos- SINASC.

Por meio da análise do gráfico 1 é possível observar que a grande maioria das mulheres indígenas brasileiras realizaram consultas de pré-natal, tendo ainda um adequado número de consultas que correspondem a 7 ou mais, conseguindo aparecer as que realizaram de 4 a 6 consultas, seguida das que tiveram de 1 a 3 consultas.

Observa-se que a população indígena se encontra em vulnerabilidade, onde apresenta alta taxa de fecundidade e razão de mortalidade materna (RMM), assim o pré-natal deve ser implementado pelos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), unidades operacionais do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASI), que em meio suas múltiplas atribuições, o SASI é responsável por instituir rotinas culturalmente sensíveis nas terras indígenas em todo o país (Garnelo, et al., 2019).

Infelizmente existe uma deficiência do sistema de informações a saúde indígena, que se torna um desafio para a prestação de um serviço de qualidade, pois este não contempla, a realidade das próprias gestantes, entre outros dados, que acaba dificultando a sistematização de ações voltadas para a atenção à saúde dos povos indígenas (Veloso, 2021).

Além disso, apesar da expansão recente de pesquisas epidemiológicas e demográficas sobre os povos indígenas no Brasil, são escassas as informações sobre as condições de saúde e eventos vitais das mulheres indígenas, onde surge uma questão pouco conhecida acerca destas, e intimamente associada à cobertura de pré-natal, que se trata da ocorrência de óbitos por causas obstétricas que demonstram dados alarmantes através do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) entre 2008 a 2016, onde são observados altos valores da RMM, que para as mulheres indígenas foi a mais elevada dentre todas as categorias de cor ou raça, com exceção do observado para mulheres pretas em 2011-2013 (Garnelo, et al., 2019).

Para Carvalho (2018), a assistência à saúde de mulheres indígenas brasileiras é insuficiente, tendo em vista que ela ainda não consegue se adequar completamente a pluralidade dos aspectos socioeconômicos e étnico-culturais existentes no país.

Silva (2019), mostra que entre os povos indígenas existem culturas e crenças que permeiam diferentes comunidades, dentre estes, o processo reprodutivo se torna algo bem particular onde as mulheres são avisadas sobre a gravidez através de sonhos que também podem alertar sobre o sexo da criança, onde sonhar com melancia inteira é indicativo do sexo masculino e

a fruta partida indica sexo feminino, assim o sonho que vem como revelação torna-se um fenômeno natural para os povos indígenas

No relato de Silva (2019), é possível observar que entre as mulheres indígenas existem diversas crenças quanto a manutenção de sua saúde durante a gestação, como o fato de não colocar nada na barriga, pois no contrário a criança nasce com a marca do objeto colocado, além disso, acreditam que não devem ficar paradas na portas pois isso fará com que a criança demore mais a nascer.

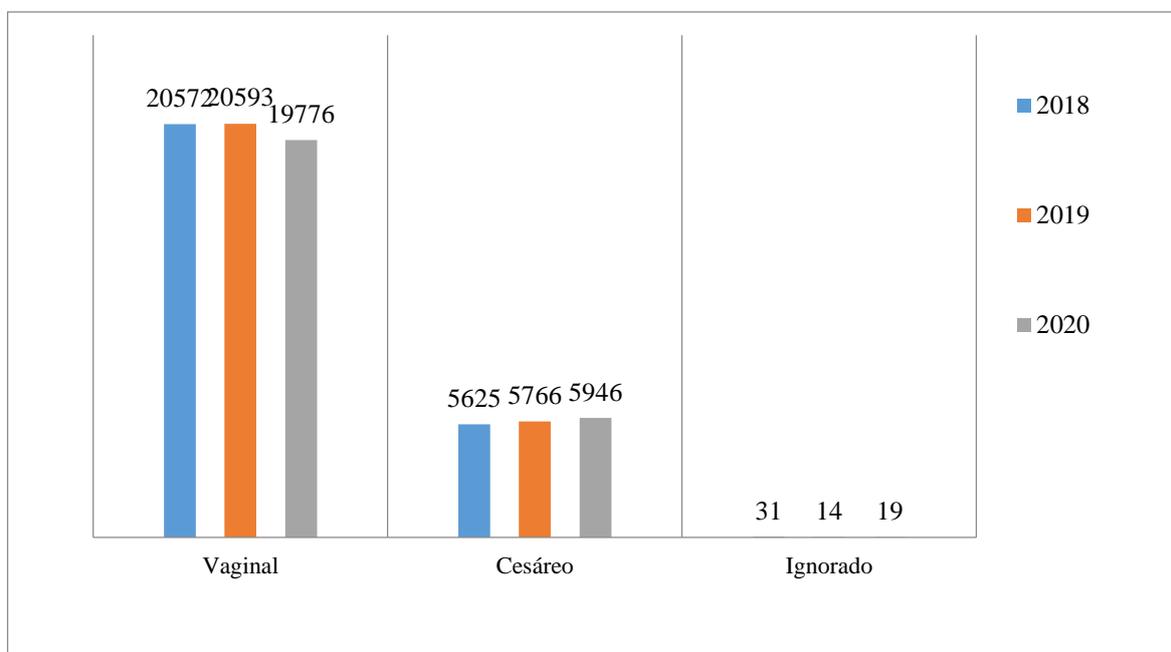
### 3.2 Parto, puerpério e o protagonismo da mulher indígena

Atualmente existe um importante movimento, formado por profissionais da área da saúde, pesquisadores e leigos, que se norteia pela “medicina baseada em evidências”, visando a prática baseada na ciência, e não mais na tradição ou conveniência médica, este movimento busca ainda a humanização dos processos de saúde. Nesse contexto é importante observar que os conhecimentos indígenas podem contribuir com este movimento (Justo, 2018).

É importante destacar que no país as condições de saúde e influências culturais e socioeconômicas influenciam na escolha acerca do tipo de parto e uma vez que o binômio mãe-filho é considerado, observa-se que o parto possui diversas particularidades onde se faz presente a relação de raça/etnia.

Assim, o Gráfico 2 apresenta o quantitativo dos tipos de parto ocorridos nos anos de 2018 a 2020 entre mulheres indígenas no Brasil.

**Gráfico 2:** Tipos de parto de mulheres indígenas.

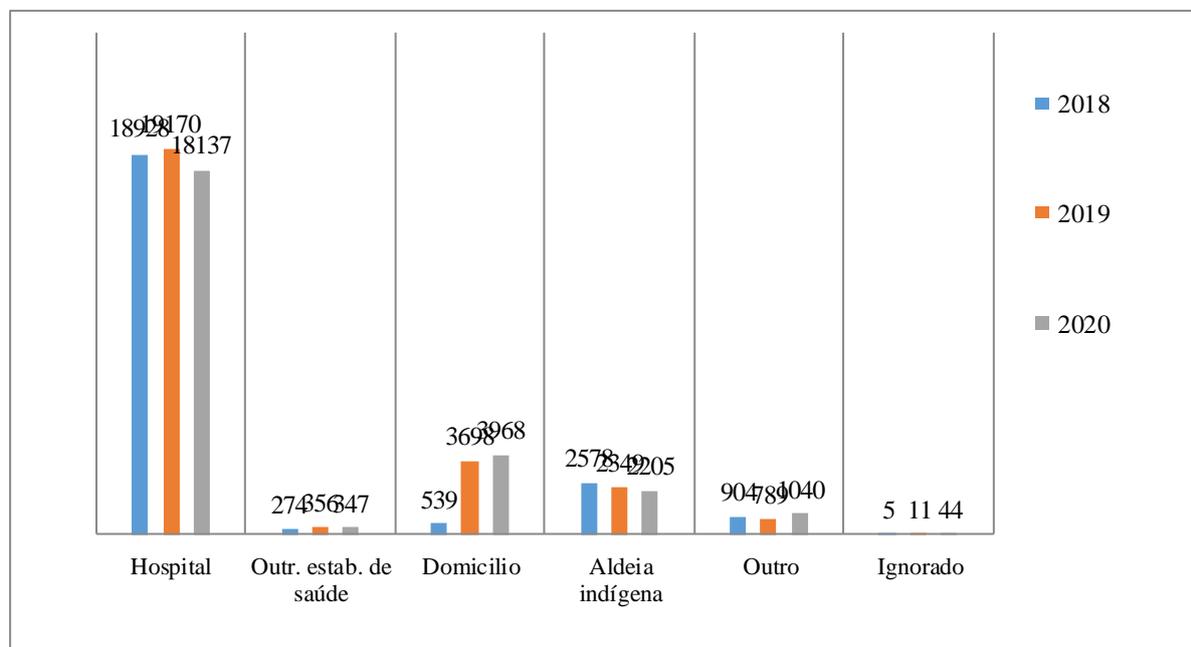


Fonte: Elaborado pelos autores, 2022. Dados do Sistema de Informações de Nascidos Vivos- SINASC.

A partir dos dados apresentados no Gráfico 2 fica evidente o parto vaginal é o mais recorrente entre as mulheres indígenas brasileiras, sendo predominante durante todos os anos, tendo seu maior índice em 2019 com 20.593 registros. Ainda assim, apesar de pequeno observa-se um aumento de parto cesáreo no ano de 2020 em relação aos anteriores.

Além do tipo de parto, outro aspecto que merece atenção é quanto ao local em que este ocorre, assim o gráfico 3 apresenta os locais de parto de mulheres indígenas.

**Gráfico 3:** Locais de parto de mulheres indígenas.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022. Dados do Sistema de Informações de Nascidos Vivos- SINASC.

O Gráfico 3 que se refere ao local de parto mostra uma grande predominância do ambiente hospitalar que ao longo dos 3 anos representa um total de 56.235 partos, conseguindo aparecer os partos ocorridos em domicílio com 8.205 registros, e apesar dos dados se tratarem de indígenas os partos ocorridos em aldeias aparece em 3º lugar com 7.132 partos.

Em concordância com o presente estudo, Lima, et al., (2020), demonstraram que o parto normal é mais utilizado entre indígenas, no entanto, o estudo de Silva (2019), mostra que mulheres indígenas de mais idade demonstram preocupação e até mesmo tristeza em relação ao tipo de parto vivenciado pelas mais jovens, onde ao irem para o ambiente hospitalar acabam induzidas ao parto cesáreo.

Pinheiro, et al., (2019), evidência que as práticas do parto da mulher indígena possui cuidados de uma forma natural, onde é evidenciado seu protagonismo através de sua autonomia, assim as indígenas passam pelo parto utilizando as práticas dos costumes de seu povo, como o uso das ervas, chás, alimentações, banhos, aspectos ambientais e rituais, acolhendo muito bem o novo integrante na família.

A luta pela humanização do parto busca que este ato seja o mais natural possível, exigindo o mínimo de intervenções médicas e o protagonismo pertence à mulher, que é reconhecido pelos indígenas, onde o processo de parto é conduzido através de mensagens recebidas por sonhos e da percepção da mulher nos sinais de seu próprio corpo (Justo, 2018).

Assim, Pinheiro, et al., (2019), aponta para a necessidade de que os profissionais da saúde passem por uma formação que seja voltada para a mulher indígena na sua especificidade no momento do parto, promovendo uma assistência humanizada, que considera os aspectos fisiológicos, psicológicos e socioculturais da mulher, promovendo liberdade de escolha, esclarecimentos de dúvidas e alívio da tensão, o que favorecer uma relação de confiança entre equipe de saúde e parturiente.

O protagonismo da mulher indígena vai além do momento do parto, o período pós-parto ou puerpério, popularmente conhecido como resguardo possui normas e valores culturais. Em seu estudo Silva e Nascimento (2019), descrevem que existem um consenso entre as indígenas acerca de sua duração que seria de 30 dias, diferente da tradição médica que classifica este período como tendo 45 dias.

O resguardo das índias Kambiwá se dá através da transmissão de conhecimentos culturais onde o banho se apresenta como algo extremamente importante, onde existe a utilização de temperatura certa para cada parte do corpo a fim de manter a saúde, assim o banho se divide em dois, sendo o primeiro o banho de assento que visa a prevenção de infecções, para isso se faz necessário o uso de infusões e se inicia após o parto, o segundo tipo de banho se refere a cabeça que só deve ser molhada e lavada após os 15 dias do parto (Silva & Nascimento, 2019).

Ponte, (2021) demonstra que durante a gestação as indígenas passam por diferentes transformações que podem se apresentar através das chamadas *mãe do corpo* que se trata de um ente invisível que coabita o corpo da mulher podendo causar prejuízos à saúde do bebê e da mulher, além da *mãe do corpo*, o comportamento da mãe e do cônjuge também interfere no processo de saúde-doença onde a falta do resguardo, de alimentação adequada e repouso ocasionam doenças. Outro ponto marcante para as mulheres indígenas *Tenetehar-tembé* está presente na *Karuwara* que são espíritos ancestrais que atuam no corpo em determinadas situações como durante a gestação parto e pós-parto.

No estudo de Tassinari (2021), a *mãe do corpo* é apresentada como sendo o útero, todavia, é demonstrado que o termo vai além do útero enquanto órgão, a *mãe do corpo* cresce durante a gestação e também após o parto levando 40 dias para voltar ao seu tamanho natural, assim o resguardo se torna tão importante.

#### 4. Considerações Finais

Os resultados encontrados demonstram que a vulnerabilidade dos povos indígenas, aliados ao baixo número de pesquisas acerca da saúde reprodutiva da mulher indígena se configura em um desafio para a assistência à saúde prestada pelo Sistema Único de Saúde.

É possível perceber que na cultura indígena a mulher se torna protagonista diante do parto, e isso se inicia desde a gestação, onde em algumas culturas a mulher é avisada sobre a gravidez através de sonhos e é por meio de aspectos tradicionais que seguem todo o processo gestacional, até o período puerperal, utilizando os ensinamentos da tribo que são repassadas de geração para geração.

Os dados mostraram que a maioria das mulheres indígenas realizaram o pré-natal nos anos de 2018 a 2020, além disso, também é predominante o parto normal, bem como o ambiente mais utilizado foi o hospitalar, fato que preocupa mulheres indígenas mais velhas, uma vez que isso as distancia de suas práticas culturais.

Assim faz-se necessário um olhar diferenciado dos profissionais de saúde em relação as mulheres indígenas, afim de que mesmo no ambiente hospitalar seja respeitado os seus aspectos étnicos e culturais.

Nesse contexto é sugerido o desenvolvimento de trabalhos futuros que abordem a preparação dos profissionais de saúde para o acolhimento das mulheres indígenas nos ambientes de saúde, bem como os relatos dessas mulheres durante o acolhimento, afim de embasar métodos que possam ser incorporados pelas instituições visando um melhor atendimento dedicado ao público indígena.

#### Referências

Brasil. (2006). Ministério da Educação. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. p. 27.

- Brasil. (2011). Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 1.459, de 24 de junho de 2011, institui no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS – a Rede Cegonha. *Diário Oficial da União*. 27 jun. 2011; Seção 1:109 - 11.
- Brasil. (2012). Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília.
- Carvalho, J. T. S. (2018). Assistência à saúde de mulheres indígenas no Brasil: uma revisão integrativa da literatura. *Monografia* (Graduação em Fisioterapia) - Universidade Federal de Sergipe, Lagarto. <[https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/8900/2/3%C3%89SSICA\\_TAMIREZ\\_SANTOS\\_CARVALHO.pdf](https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/8900/2/3%C3%89SSICA_TAMIREZ_SANTOS_CARVALHO.pdf)>
- Coimbra Júnior, C. E. A., & Garnelo, L. (2004). Questões de Saúde Reprodutiva da Mulher Indígena no Brasil. In: Monteiro S, Sansone L. organizadores. *Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Garnelo, L., et al. (2019). Avaliação da atenção pré-natal ofertada às mulheres indígenas no Brasil: achados do Primeiro Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 35, p. e00181318. <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00181318>>
- Honaiser, et al. (2010). Ações de saúde da mulher em comunidades indígenas kaingang: vivências e expectativas. *Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO*. Vol. 3, n 1. <<https://revistas.unicentro.br/index.php/publicacao/article/view/1870/1622> >
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011). Censo Demográfico 2010. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE.
- Igansi, M. L., & Zatti, C. A. (2018). Gestação: Conhecendo a realidade das aldeias indígenas no Brasil. 23(1), 48-52. *Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research – BJSCR*, 2018. <[https://www.mastereditora.com.br/periodico/20180606\\_085304.pdf](https://www.mastereditora.com.br/periodico/20180606_085304.pdf)>
- Justo, C. B. N. (2018). Pato Indígena: Uma análise de discursos. Trabalho de Conclusão de curso- Graduação em psicologia- Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Volta Redonda. <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/7370/Carla%20Boa%20Nova%20JUsto%20TCC.pdf?sequence=2&isAllowed=y>>
- Lima, S. J. S., Santana, I. T. S., & Ferreira, E. S. A. (2020). Parto Indígena nas microrregiões do Amazonas: Uma abordagem em Série Histórica. *Braz. Ap. Sci. Rev, Curitiba*, 4(5), 2749-2762. <<https://brazilianjournals.com/index.php/BASR/article/view/16062/13152>>
- Mussi, R. F. de F., et al. (2019). Pesquisa Quantitativa e/ou Qualitativa: distanciamentos, aproximações e possibilidades. *Revista Sustinere*, 7(2), 414-430. <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/sustinere/article/view/41193/32038>>
- Neto, R. O. N., & Silva, G. M. (2014). Saúde e Qualidade de Vida da Mulher Indígena: Descrição de trabalhos realizados entre 2009 e 2013. <[https://portal.unisepe.com.br/unifia/wpcontent/uploads/sites/10001/2018/06/6saude\\_indigena.pdf](https://portal.unisepe.com.br/unifia/wpcontent/uploads/sites/10001/2018/06/6saude_indigena.pdf)>
- Pinheiro, P. O., et al. (2019). Protagonismo da mulher indígena e cuidados no momento do parto: revisão integrativa. *CIAIQ2019*, v. 2, p. 1731-1736. <<https://proceedings.ciaiq.org/index.php/CIAIQ2019/article/view/2427/2330>>
- Ponte, V. da S. (2021). Saúde, doença e predação na cosmopolítica da gestação, do parto e do pós-parto entre as mulheres Tenetehar-Tembé da Terra Indígena do Alto Rio Guamá-Pará, Brasil. *Espaço Ameríndio, Porto Alegre*, 15(3), 17-47. <<http://ds.saudeindigena.icict.fiocruz.br/handle/bvs/5712>>
- Rother, E. T. (2007). Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem* [online]. 20(2). <<https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>>.
- Silva, L. D. (2019). Saberes e práticas tradicionais da mulher indígena da etnia Macuxi sobre gestação: um relato de experiência. <<https://bdm.unb.br/handle/10483/24788> >
- Silva, L. S., & Nascimento, E. R. (2019). Resguardo de mulheres da etnia Kambiwá: cuidados culturais. *Cadernos De Gênero E Diversidade*, 5(4), 24–41. <<https://doi.org/10.9771/cgd.v5i4.28418>>
- Tassinari, A. (2021). A “mãe do corpo”: conhecimentos das mulheres Karipuna e Galibi-Marworno sobre gestação, parto e puerpério. *Horizontes Antropológicos [online]*. v. 27, n. 60 [Acessado 12 Maio 2022], pp. 95-126. <<https://doi.org/10.1590/S0104-71832021000200004>>.
- Veloso, B. (2021). Conhecimentos tradicionais do cuidado na gestação e no parto das mulheres Kaingang na terra indígena de Nonoai-RS. *Monografia- Universidade Federal da Fronteira Sul*. <<https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/4056> >